

**CONSELHO ADMINISTRATIVO
DE DEFESA ECONÔMICA****PAUTA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A
SER REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Dia: 31.10.2017

Início: 10h

Processo Administrativo para Imposição de Sanções Processuais Incidentais nº 08700.003499/2017-88

Autuado: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

Requerimento nº 08700.002912/2016-14

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.006694/2016-89

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.006721/2016-13

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.006875/2016-13

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.006955/2016-61

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.007988/2016-28

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.008151/2016-04

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.001359/2017-75

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.002280/2017-61

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

Requerimento nº 08700.006361/2017-31

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do ConselhoPAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário**SUPERINTENDÊNCIA-GERAL****DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL**
Em 24 de outubro de 2017

Nº 1.559 - Processo Administrativo nº 08700.003826/2015-30. Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN). Representados: F. N. dos Santos Neto - ME (Ideal Artes Gráficas); Gisnaude Gentil Fernandes de Souza - ME (Gráfica Brasil); João Batista Dantas Maia ME (BM Gráfica); L de L Alves ME (Gráfica Luzia); M. C. Batista dos Santos (J L Gráfica); Francisco Nunes dos Santos Neto; Gisnaude Gentil Fernandes de Sousa; João Batista Dantas Maia; Luzinelson de Lima Alves e Maria Consuelo Batista dos Santos. Advogados: Francisco Ranieri Batista de Araújo; Mariana Rosado de Miranda; Adriano Gentil de Lima e outros. Acolho a Nota Técnica 79/2017/CGAA7/SGA2/SG/CADE (Doc. SEI nº 0400664) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica supracitada, pelo:

a) indeferimento da preliminar alegada pelos Representados João Batista Dantas Maia ME (BM Gráfica) e João Batista Dantas Maia sobre eventual cerceamento de defesa às partes em razão da ausência nos autos dos depoimentos prestados pelos acusados ao MP/RN no município de Apodi;

b) deferimento da preliminar alegada pelos Representados João Batista Dantas Maia ME (BM Gráfica) e João Batista Dantas Maia sobre eventual cerceamento de defesa às partes em razão de restrições no acesso a documentos oriundos da Operação Sangria;

c) desentranhamento e disponibilização às partes em Apartado de Acesso Restrito ao CADE e aos Representados das cópias integrais dos documentos utilizados na formação de convicção desta SG/CADE sobre o suposto conluio em averiguação (Doc. SEI nº 0072843), bem como das cópias das decisões judiciais que autorizaram a participação e o compartilhamento de provas da Operação Sangria com esta Autarquia (Doc. SEI nº 0072833); e

d) devolução do prazo de defesa a todos os Representados para que, caso julguem pertinente, possam complementar os termos da defesa anteriormente apresentada. Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA****ALVARÁ Nº 5.150, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62236 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MINERVA DAWN FARMS INDUSTRIA E COMERCIO DE PROTEINAS SA, CNPJ nº 09.104.182/0001-15 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.186, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66055 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE AMIGOS DO LOTEAMENTO ARUJA COUNTRY CLUB, CNPJ nº 74.503.483/0001-83 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2110/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.378, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/64427 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED TRAINING LTDA - ME, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Paraíba com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: ■ nº ■ 2022/2017 ■ (CNPJ nº 03.019.433/0001-87); nº 2067/2017 (CNPJ nº 03.019.433/0002-68) e nº 2127/2017 (CNPJ nº 03.019.433/0003-49).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto**ALVARÁ Nº 5.380, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11747 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CACHOOL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 08.470.543/0001-84 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2209/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto**ALVARÁ Nº 5.412, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/68320 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUHAI - VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 66.654.179/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2144/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto**ALVARÁ Nº 5.414, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79495 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIGIAR - CENTRO DE FORMAÇÃO DA SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - EPP, CNPJ nº 27.102.629/0001-07, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Espingardas calibre 12

13 (treze) Pistolas calibre .380

13 (treze) Revólveres calibre 38

26400 (vinte e seis mil e quatrocentas) Munições calibre .380

4320 (quatro mil e trezentas e vinte) Munições calibre 12

59280 (cinquenta e nove mil e duzentas e oitenta) Munições

calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380, 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto**ALVARÁ Nº 5.427, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79798 - DPF/SJE/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AÇÃO TÁTICA ACADÊMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA. - ME, CNPJ nº 20.067.465/0001-77, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

27752 (vinte e sete mil e setecentas e cinquenta e duas)

Espoletas calibre 38

7638 (sete mil e seiscentos e trinta e oito) Gramas de pólvora

27752 (vinte e sete mil e setecentos e cinquenta e dois)

Projéteis calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto**ALVARÁ Nº 5.439, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/69267 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ROTA-SUL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 91.589.770/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2122/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto**ALVARÁ Nº 5.463, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/71587 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OLIVEIRA BENITES SEGURANÇA LTDA -ME, CNPJ nº 13.451.078/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2192/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto